



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Coordenação Governamental

R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

CONCORRÊNCIA CO SMCG Nº 01 / 2023

Anexo I.6 – Matriz de Riscos

**CONCESSÃO DE USO E GESTÃO COM ENCARGOS DE REVITALIZAÇÃO,
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ÁREA MUNICIPAL CONHECIDA COMO
JARDIM DE ALAH**

	RISCO / OBRIGAÇÃO	CAUSAS DO RISCO	CONSEQUÊNCIA	ALOCACÃO	JUSTIFICATIVA DA ALOCAÇÃO DO RISCO	MITIGANTE
1	Risco de Indisponibilidade de financiamento.	Falta de recursos de terceiros para financiar o empreendimento.	- Aumento dos custos - Necessidade de aportar recursos próprios adicionais ou de obtê-los em mercado para suportar as obrigações assumidas perante fornecedores e para a execução da Concessão.	Concessionária.	O art. 31, VIII, da Lei nº 8.987/95 prevê expressamente que é de responsabilidade da concessionária captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.	
2	Risco de demanda.	Não efetivação da demanda projetada na Área da Concessão ou sua redução por qualquer motivo	- Dificuldade para cobrir os custos de manutenção do parque - Ausência de retorno econômico e financeiro dos investimentos realizados.	Concessionária.	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco. Neste sentido, a frustração da demanda configura-se em risco comum às atividades econômicas, razão pela qual o risco deverá ser assumido pela concessionária.	Licitantes devem realizar estudos de mercado e demanda para elaborar plano de negócios e traçar perfil dos visitantes.
3	Obtenção e/ou renovação	Impossibilidade e ou atraso na obtenção de	- Atraso no cronograma contratual	Concessionária.	A concessionária é responsável	Licitantes devem elaborar plano de

	de licenças, permissões e autorizações .	licenças, permissões e autorizações.	- Atraso ou comprometimento da realização de atividades / do cumprimento de obrigações pela Concessionária - Atraso no início das operações comerciais do projeto (e, portanto, de geração de receita)		pela prestação do serviço e, ainda, pelo cumprimento das normas aplicáveis. Por isso, a obrigação de obter todas as licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades do parque fica sob a responsabilidade e da concessionária.	obtenção das licenças.
4	Atraso na obtenção ou renovação de licenças, permissões e autorizações por fato imputável ao Poder Público	Atraso na obtenção ou renovação das licenças por fato imputável ao Poder Público, podendo impactar o cronograma do projeto e, inclusive, o cumprimento de outras obrigações contratuais pela Concessionária	- Atraso no cronograma contratual - Atraso ou comprometimento da realização de atividades / do cumprimento de obrigações pela Concessionária - Necessidade de ajustes no cronograma do projeto, adiando o prazo do início das operações comerciais do projeto (e, portanto, de geração de receita)	Poder Concedente	A não obtenção das licenças no prazo contratual por fatores imputáveis ao Poder Público não pode ensejar a responsabilização da concessionária.	Incluir cláusula contratual que permita a postergação de obrigações e reajuste no cronograma de Obras e/ou Serviços em caso de materialização desse risco
5	Cronograma	Atrasos no cumprimento do	- aumento de custos	Concessionária	O cumprimento dos prazos previstos no	

		cronograma por culpa da Concessionária			Contrato é obrigação da Concessionária. Há, inclusive, incentivo para a conclusão das obras o quanto antes, para que as operações comerciais sejam iniciadas e o projeto comece a gerar receita.	
6	Variação de custos	Variação de custos de insumos, operacionais (incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais), de manutenção e de investimentos, incluindo variação cambial, da inflação, da taxa de juros e das tarifas de água e energia elétrica	- Aumento dos custos da Concessão	Concessionária	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco. Neste sentido, as oscilações do cenário macroeconômico são riscos comuns às atividades econômicas, razão pela qual o risco deverá ser assumido pela concessionária.	
7	Insumos e serviços necessários às atividades da Concessão	Eventual interrupção e/ou intermitência no fornecimento de energia elétrica, água ou outros Serviços necessários ao funcionamento	- Prestação inadequada ou interrupção da oferta dos Serviços em razão da ausência de insumos básicos, exemplo de água e energia;	Concessionária	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco. Neste sentido, eventos extraordinários, mas	- Licitantes devem elaborar planos de contingência para o caso de interrupção no fornecimento de água, energia elétrica ou outros serviços necessários à execução do Contrato; -

		das atividades exploradas na Concessão	- Atraso no cronograma do projeto		previsíveis, configuram-se em riscos comuns às atividades econômicas, razão pela qual o risco deverá ser assumido pela concessionária.	Licitantes devem avaliar investimentos em equipamentos que possam mitigar o risco, quando disponíveis (geradores, etc)
8	Erro na estimativa dos custos não relacionadas aos projetos aprovados pelo Poder Concedente, da duração dos trabalhos ou do Plano de Negócios	Aumento de custos em razão de erro na modelagem e precificação do projeto	- Aumento dos custos da Concessão	Concessionária	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco. Neste sentido, o aumento de custos decorrente de erro da concessionária na precificação do projeto deve ser por ela assumido.	
9	Execução das Obras em desacordo com os Projetos Básico e Executivo	Necessidade de adequação das Obras para atendimento dos projetos aprovados pelo Poder Concedente	- Possível aumento de custos - Atraso no cronograma do Contrato	Concessionária	A concessionária deverá submeter os projetos básico e executivo à aprovação do Poder Concedente. Uma vez aprovados, caso a concessionária execute as Obras em desconformidade com tais projetos, deverá arcar com os custos	

					decorrentes. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar e manter em vigor seguro do tipo “todos os riscos”, para risco de engenharia para obras civis para construção, reforma e, se aplicável, demolição, incluindo a cobertura de danos decorrentes de erros de projeto.	
10	Erros nos Projetos Básico e Executivo	Erros, omissões ou alterações de projetos de engenharia, incluindo metodologia de execução, e/ou de tecnologia, ou Identificação de defeitos, irregularidades e inconformidades nas OBRAS e respectivos custos para correção	- Possível aumento de custos - Atraso no cronograma do Contrato	Concessionária	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco. Neste sentido, o aumento de custos decorrente de erro da concessionária no desenho do projeto deve ser por ela assumido. A concessionária deverá contratar e manter em vigor seguro do tipo “todos os riscos”, para	

					risco de engenharia para obras civis para construção, reforma e, se aplicável, demolição, incluindo a cobertura de danos decorrentes de erros de projeto.	
1 1	Vícios ocultos	Vícios que podem surgir após o início das operações e que podem comprometer a utilização do parque/ operacionalização do projeto	- Aumento de custos - Atraso no cronograma - Interrupção das operações comerciais - Necessidade de correção da construção para que esta possa cumprir a sua finalidade	Concessionária	Como a concessionária é responsável pela elaboração dos projetos de engenharia e pela execução das obras, também é responsável pelos possíveis vícios construtivos, cf. art. 25 da Lei 8.987/95. O fato de a concessionária ter contratado terceiros para construir o projeto não mitiga esse risco, já que, cf. § 2º do art. 25 da Lei 8.987/95, não há relação jurídica entre o poder concedente e os terceiros contratados pela concessionária, devendo esta	- Contrato prevê a obrigatoriedade de contratação de seguros que possam cobrir esse risco, como seguro de riscos de engenharia e seguro de responsabilidade civil - Recomendação para que os LICITANTES realizem visita técnica destinada à verificação in loco das condições, natureza e mensuração dos materiais e equipamentos necessários à execução do CONTRATO. Cada LICITANTE deverá apresentar declaração quanto ao

					última responder perante o poder concedente pelo projeto como um todo.	perfeito conhecimento da ÁREA DA CONCESSÃO.
1 2	Sinistros	Ocorrência de sinistros cobertos por seguros no Brasil	- custos da Concessão		Os danos decorrentes de atividades passíveis de cobertura por seguros existentes no Brasil são de responsabilidade e da Concessionária por se tratar de obrigação contratual	
1 3	Risco decorrente de acidentes e danos decorrentes da execução das atividades da Concessão que tenham resultado de ações da Concessionária	Responsabilização da concessionária por danos causados aos seus empregados, aos agentes públicos e/ou aos bens da Concessão decorrentes das atividades atreladas à Concessão e que tenham resultado de ações da Concessionária	- Aumento dos custos da concessionária	Concessionária	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco. Neste sentido, os danos decorrentes da execução das atividades atreladas à Concessão configuram-se em riscos comuns às atividades econômicas, razão pela qual o risco deverá ser assumido pela concessionária.	- Contrato prevê a obrigatoriedade de contratação de seguros adequados de responsabilidade e civil
1 4	Qualidade do serviço	Risco decorrente do não atingimento	- Redução da qualidade do serviço ao visitante /	Concessionária	É obrigação da concessionária a prestação de serviço	Definição, no Contrato, dos Índices de Desempenho a

		dos Índices de Desempenho na prestação do serviço	usuário		adequado ao pleno atendimento das necessidades dos usuários.	serem atingidos pela concessionária.
1 5	Comoções sociais	Ocorrência de comoções sociais, protestos ou atos semelhantes que atrapalhem ou paralise as Obras ou prestação dos Serviços.	- Aumento de custos – Atraso no cronograma do Contrato	Poder Concedente Ambas as partes	A ocorrência de mencionados tais configura-se em evento (i) imprevisível ou (ii) previsível, mas com consequências incalculáveis, cuja responsabilidade não pode ser atribuída à Concessionária	- Contrato prevê a obrigatoriedade de contratação de seguro - Contrato prevê a obrigatoriedade de notificação ao Poder Concedente no caso da ocorrência de mencionados eventos, para que as devidas providências sejam adotadas - Previsto como hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor da concessionária, a depender dos impactos do evento sobre o Contrato - Contrato permite a revisão do cronograma de Obras e/ou Serviços caso o risco de materialize
1 6	Vandalismo	Ocorrência de atos de vandalismo na Área da Concessão	- Aumento de custos de operação e manutenção - Caso os atos ocorram	Concessionária	A ocorrência de mencionados eventos configura-se em evento (i) imprevisível ou	- Contrato prevê a obrigatoriedade de contratação de seguro - Contrato prevê

			durante a fase de Obras, possível impacto no cronograma das Obras		(ii) previsível, mas com consequências incalculáveis, cuja responsabilidade não pode ser atribuída à Concessionária	a obrigatoriedade de notificação ao Poder Concedente no caso da ocorrência de mencionados eventos, para que as devidas providências sejam adotadas - Previsto como hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor da concessionária, a depender dos impactos do evento sobre o Contrato - Contrato permite a revisão do cronograma de Obras e/ou Serviços caso o risco de materialize
17	Bens da Concessão	Perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos Bens Reversíveis	- Aumento de custos de operação e manutenção	Concessionária	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco. Neste sentido, eventos extraordinários, mas previsíveis, configuram-se em riscos comuns às atividades	- Contrato prevê a obrigatoriedade de contratação de seguro

					econômicas, razão pela qual o risco deverá ser assumido pela concessionária.	
18	Riscos de descobertas arqueológicas ou outras atinentes ao patrimônio cultural	Paralisação das Obras em razão de descobertas arqueológicas ou outras atinentes ao patrimônio cultural	- Aumento dos custos - Atraso no cronograma - Potencial prejuízo às estruturas eventualmente já construídas	Poder Concedente	As descobertas arqueológicas caracterizam caso fortuito, cuja responsabilidade não pode ser atribuída à Concessionária	- Previsto como hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor da concessionária - Contrato permite a revisão do cronograma de Obras e/ou Serviços caso o risco de materialize
19	Risco de condições geológicas não previstas ou diferentes das previstas no Projeto Básico, Executivo ou no Plano de Negócios	Atrasos, paralisações ou aumento de custos em decorrência de condições geológicas imprevisíveis ou imprevistas	- Aumento dos custos - Atraso no cronograma do Contrato	Poder Concedente	A responsabilidade e pelos danos decorrentes de condições geológicas não previstas ou diferentes das previstas no Projeto Básico, Executivo ou no Plano de Negócios deve ser considerada evento de força maior, não podendo ser atribuída à Concessionária	- Previsto como hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor da concessionária - Contrato permite a revisão do cronograma de Obras e/ou Serviços caso o risco de materialize
20	Caso fortuito ou força maior	Ocorrência de eventos caracterizados como caso fortuito ou força maior que causem danos aos	- Paralisação das Obras e/ou Serviços - Redução de receita, a depender do momento da ocorrência do	Poder Concedente ou Concessionária	A responsabilidade e pela ocorrência de eventos configurados como caso fortuito e força	- Previsto como hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor da concessionária

		ativos da concessionária e à Concessão, perda de receitas, atraso nas Obras e/ou descontinuidade da prestação dos Serviços	evento - Atraso no cronograma do Contrato, a depender do momento da ocorrência do evento		maior nos casos em que os eventos não forem objeto de cobertura por seguros disponíveis no Brasil, as partes acordarão se haverá lugar para a recomposição do equilíbrio econômico financeiro.	ou do Poder Concedente - Contrato permite a revisão do cronograma de Obras e/ou Serviços caso o risco de materialize
2 1	Risco de Serviços realizados pelos subcontratados e/ou terceiros	Falência, falha no desempenho e atraso na entrega de Serviços e/ou Obras contratados pela concessionária	- Atraso no cronograma do Contrato - Aumento de custos	Concessionária	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco. Cf. art. 25 caput e § 2º da Lei 8.987/95, não há relação jurídica entre o poder concedente e os terceiros contratados pela concessionária, devendo esta última responder perante o poder concedente pelo projeto como um todo. s às atividades econômicas, razão pela qual o risco deverá ser assumido pela concessionária.	

2 2	Tributos ou encargos legais	Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais que impactem a Concessão, à exceção da majoração da alíquota do imposto de renda sobre a pessoa jurídica ou da contribuição social sobre o lucro líquido.	- Variação dos custos da concessionária	Poder Concedente	O risco decorrente de alterações na legislação tributária que aumentem os encargos da Concessionária é de responsabilidade do Poder Concedente.	- Previsto como hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor da Concessionária, no caso de aumento de custos para a Concessionária. Caso contrário, o reequilíbrio poderá ser em favor do Poder Concedente.
2 3	Alterações normativas	Risco de alterações normativas, incluindo normas do Corpo de Bombeiros, técnicas e/ou de segurança	- Impacto no cronograma do Contrato e/ou na prestação dos Serviços - Variação dos custos da concessionária	Poder Concedente	O risco decorrente de alterações normativas é de responsabilidade do Poder Concedente.	- Previsto como hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor da Concessionária ou do Poder Concedente, a depender da ocorrência de aumento ou diminuição dos custos/receitas da Concessão
2 4	Fato do Príncipe, Fato da Administração ou alterações unilaterais do Contrato pelo Poder Concedente	Alterações das obrigações do Contrato em decorrência de Fato do Príncipe ou Fato da Administração ou alterações unilaterais do Contrato pelo Poder Concedente	- Impacto no cronograma do Contrato e/ou na prestação dos Serviços - Variação dos custos da concessionária	Poder Concedente	O risco decorrente de Fato do Príncipe, Fato da Administração ou de alteração unilateral pelo Poder Concedente é de responsabilidade deste.	- Hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor da Concessionária ou do Poder Concedente, a depender da ocorrência de aumento ou diminuição dos custos da Concessão - Contrato

						permite a revisão do cronograma de Obras e/ou Serviços caso o risco de materialize
2 5	Passivos judiciais e administrativ os envolvendo a Área da Concessão resultantes de fatos anteriores à concessão	Custos decorrentes de passivos judiciais ou administrativo s envolvendo a área de Concessão resultantes de fatos anteriores à concessão	- Custos não previstos inicialmente - Eventual impacto no cronograma do projeto - Eventual impossibilidad e de continuidade das Obras ou prestação do serviço	Poder Concedente	Os custos decorrentes de passivos judiciais ou administrativos envolvendo a área de Concessão originados em momento anterior à assinatura do Contrato (tanto a instauração do processo, quanto seu fato gerador) serão de responsabilidad e do Poder Concedente.	
2 6	Garantia de execução contratual	Contratação de garantia de execução contratual	- Risco de inexecução do contrato	Concession ária	A contratação de garantia de execução contratual na Concessão de serviço público precedido de obra pública é exigência legal (art. 23, par. único, II, da Lei nº 8.987/95), cuja responsabilidad e é da Concessionária	Edital exige a contratação de garantia como condição precedente para à assinatura do Contrato.
2 7	Risco à segurança e saúde dos trabalhadore s contratados	Ocorrência de acidentes de trabalho ou outros eventos que representem	- Custos contratuais ou trabalhistas decorrentes da relação de trabalho	Concession ária	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela	Contrato exige a contratação de seguros para cobrir mencionados riscos

	para a execução do Contrato	risco ou dano à saúde dos contratados pela concessionária para execução do Contrato			concessionária por sua conta e risco. Neste sentido, os custos contratuais ou trabalhistas decorrentes da relação de trabalho configuram-se em riscos comuns às atividades econômicas, razão pela qual o risco deverá ser assumido pela concessionária.	
28	Desapropriações e constituição de servidões autorizadas pelo Poder Concedente, caso venham a ser necessárias	Custos e realização das desapropriações e constituição das servidões necessárias para a Concessão	- Atraso no cronograma do projeto	Poder Concedente	Os custos, procedimentos e medidas necessárias à desapropriação ou constituição de servidões necessárias para a Concessão deverão ser arcados pelo Poder Concedente	Previsto como hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor da Concessionária no Contrato
29	Prejuízos causados a terceiros por culpa da concessionária	Prejuízos causados a terceiros em decorrência da execução das atividades atreladas à Concessão	Custos decorrentes de ressarcimento pelos prejuízos causados ou de eventual pagamento de indenização, por exemplo	Concessionária	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco. Neste sentido, custos decorrentes de ressarcimento pelos prejuízos causados ou de eventual pagamento de	Contrato exige a contratação de seguros para cobrir mencionados riscos

					indenização, por exemplo, configuram-se em riscos comuns às atividades econômicas, razão pela qual o risco deverá ser assumido pela concessionária.	
30	Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou omissão no cumprimento do Contrato pela concessionária	Verificação de perdas ou ineficiências econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou omissão no cumprimento do Contrato pela concessionária	- Aumento de custos - Atraso no cronograma do Contrato - Danos e/ou prejuízo a terceiros, a depender do evento	Concessionária	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco. Neste sentido, a verificação de perdas ou ineficiências econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou omissão no cumprimento do Contrato pela concessionária, configuram-se em riscos comuns às atividades econômicas, razão pela qual o risco deverá ser assumido pela concessionária.	
31	Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas,	Verificação de perdas ou ineficiências econômicas decorrentes	- Aumento de custos	Poder Concedente	A concessionária não pode ser responsabilizada por ações ou	Previsto como hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro do

	negligência, inépcia ou omissão no cumprimento do Contrato pelo Poder Concedente	de falhas, negligência, inépcia ou omissão no cumprimento do Contrato pelo Poder Concedente			omissões do Poder Concedente que possam resultar em danos à Concessão.	Contrato em favor da Concessionária no Contrato
3 2	Segurança patrimonial das áreas privativas do projeto e iluminação adequada (não excludente da segurança pública adequada em todas as demais áreas do parque)	Danos ou eventos decorrentes de ausência de segurança patrimonial das áreas privativas ou iluminação adequada	- Danos aos bens da Concessão ou impedimento para a adequada prestação dos Serviços da Concessão - Custos decorrentes de eventuais danos	Concessionária	É de responsabilidade da concessionária zelar pelos bens da Concessão e garantir a adequada prestação do serviço (art. 31, I e VII, da Lei nº 8.987/95). Neste sentido, a ocorrência de danos decorrentes da ausência de Serviços de proteção patrimonial ou iluminação adequados devem ser arcados pela concessionária.	Contrato exige a contratação de seguros para cobrir mencionados riscos
3 3	Geração de tráfego	Impactos decorrentes da geração do tráfego pelo empreendimento	- Eventual impacto no cronograma do projeto - Eventual impossibilidade de continuidade das Obras ou prestação do serviço até a adoção de medidas de mitigação ou compensação determinadas	Concessionária	A constatação de que o projeto, por sua natureza, será um polo gerador de tráfego já está assimilada na modelagem e precificação do projeto. Com isso em vista, e considerando que a própria lógica da Concessão	- Interação com os órgãos de tráfego e demais órgãos envolvidos para o desenvolvimento de medidas de compensação e mitigação do tráfego gerado pelo projeto

			pelas autoridades competentes		pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco, a responsabilidade e pela realização de medidas de compensação e mitigação será da concessionária	
34	Obsolescência dos Serviços e equipamentos atrelados à Concessão	Não absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do prazo da Concessão	- Utilização de recursos obsoletos pode diminuir a qualidade dos Serviços prestados - Aplicação de penalidades pelo Poder Concedente	Concessionária	A prestação adequada dos Serviços pela Concessionária pressupõe a atualidade dos insumos utilizados. Neste sentido, é de responsabilidade da Concessionária a garantia de atualidade dos serviços a serem prestados. (arts. 6º, par. 2º e 3º, e 31, I, da Lei nº 8.987/95)	N.A.
35	Remanejamento de Interferências para Obras ou Serviços previstas nos Projetos Básico e Executivo	Atrasos decorrentes da realização das interferências previstas no Contrato	- Possível aumento de custos - Impacto no cronograma - Aplicação de penalidades pelo Poder Concedente	Concessionária	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco. Neste sentido, a necessidade de realização de interferências previstas nos	- Previsão contratual de exclusão de responsabilidade da Concessionária, caso os atrasos sejam decorrentes de ação ou omissão do Poder Público

					Projetos Básico e Executivo configuram-se em obrigações assumidas pela concessionária, razão pela qual o risco deverá por ela ser assumido.	
3 6	Incidência de tributos durante a construção (Obras)	<div>Incidência de tributos durante a construção (Obras)</div> <div>Incidência de ICMS sobre os materiais utilizados nas Obras</div> <div>Incidência de ISS sobre os serviços¹ relacionados às Obras (alíquotas entre 2% e 5%)</div>	- Custos da Concessão	Concessionária	A lógica da Concessão pressupõe que as atividades serão realizadas pela concessionária por sua conta e risco. Neste sentido, cabe à Concessionária a assunção dos custos de todos os insumos necessários ao atendimento do contrato, inclusive aqueles decorrentes de tributos.	